

IMPLANTAÇÃO REFERENCIAL

PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU



1. ESTRATÉGIAS

1.1. Planejamento estratégico e Vocacional

O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU está localizado em uma região que possui infraestrutura e movimentação turística privilegiadas, próximo de Ilhéus e Itacaré, lugares muito bem-posicionados no mercado nacional e internacional como destinos de excelência de sol e praia, e ecoturismo, com a vantagem de incluir ainda, vários cenários históricos.

Como oportunidade desse aspecto tem-se um grande público potencial consumidor de atrativos do parque, como ameaça, a variada e numerosa oferta de serviços e produtos turísticos de qualidade ofertados a essas pessoas. As tendências identificadas no período trans pandemia da COVID-19 - vigentes no período de elaboração deste relatório - apontam para a utilização mais intensa de lugares ao ar livre, mas com controle de público e fora dos locais frequentados por multidões, cenário ideal para o parque, portanto.

Detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, o parque em si disponibiliza atualmente poucos atrativos organizados, apenas uma cachoeira, trilhas curtas e dois mirantes, além das margens de rio para banhos. Para chegar aos atrativos o visitante precisa enfrentar 13km de estrada de chão, e se dispor a ter pouca estrutura para usufruir, visto que não há trilhas pavimentadas, serviços de alimentação, lojas ou outro tipo de atividade à sua disposição. O estacionamento e disponibilidade de sanitários são deficientes.

Todos esses aspectos impactam na definição das potencialidades do Parque, e nas adequações de estrutura e serviços necessários para que se torne mais competitivo frente à abundante e qualificada oferta turística da região.

PONTOS POSITIVOS

- Próximo à destino consolidado
- Atrativos naturais específicos para a região
- Disponibilidade de fauna e flora privilegiada

PONTOS NEGATIVOS

- Concorrência com praias
- Regularização de áreas da UC

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

- Integração com turismo do Sul da Bahia - em ascensão
- Biodiversidade e conflitos com áreas privadas dentro da UC
- Investimento necessário para estruturação dos pontos turísticos dentro do parque



■ Visitação em UC cujo atributo ambiental é determinante quanto à expectativa de valor atribuído pelo usuário à sua experiência.
■ Visitação em UC cujo atributo ambiental é acessório.

Vale reforçar que do ponto de vista de experiências foram verificadas as vocações para o PESC bem como a Classe de Experiência que é ofertada ao visitante, sendo portanto, o papel da infraestrutura dar suporte ao desenvolvimento sustentável dessa experiência ao visitante e ao PROJETO.

As intervenções deverão abordar, ainda, as principais características apontadas pelos estudos de oferta e demanda como necessária a melhoria da experiência no parque.

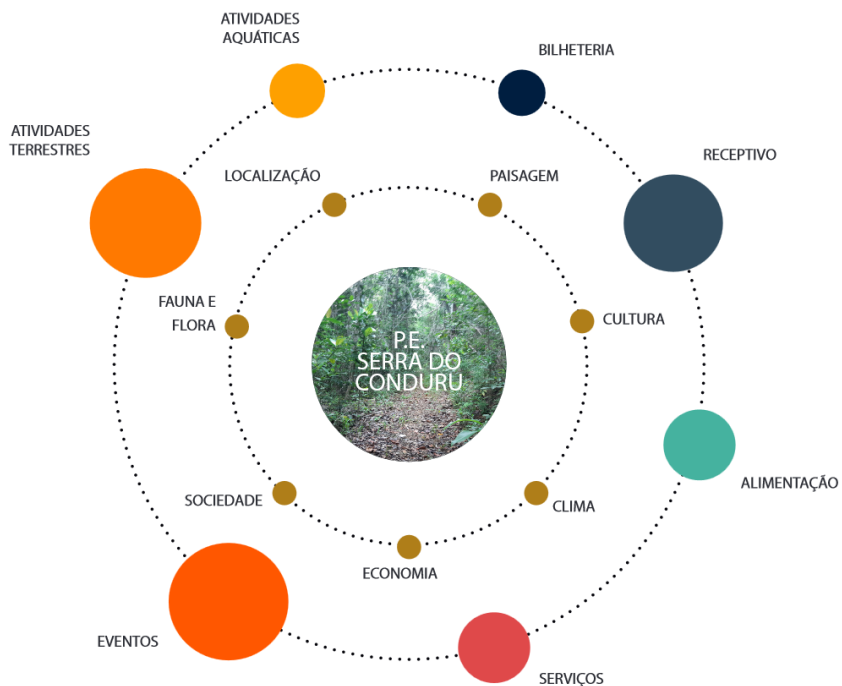


Figura 1. Diagrama esquemático de fatores considerados no Planejamento Atividades. Fonte: Elaboração própria

É fundamental que o planejamento da infraestrutura preserve a experiência do visitante, mas potencialize as atividade de maior atratividade ao PROJETO.

Do ponto de visto do planejamento das infraestrutura, ainda, parte do foco das melhorias deverá buscar responder às fraquezas apresentadas pelo índice de maturidade, ao mesmo tempo que deverá responder às percepções avaliadas pelos visitantes quanto à importância da infraestrutura durante a visita, ou características que melhorariam a visita.

1.2. Diretrizes de intervenção

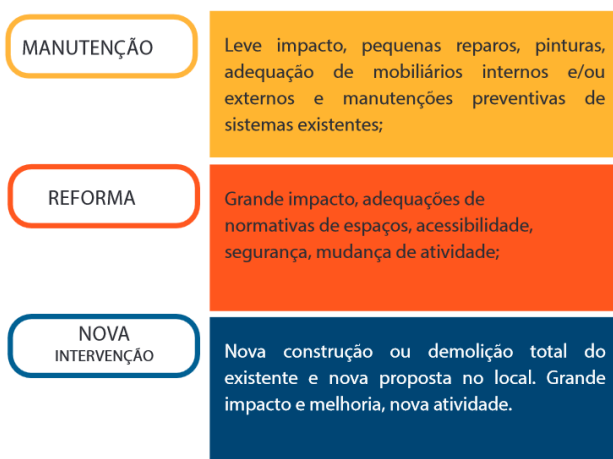
Competirá ao PROJETO, no âmbito das INTERVENÇÕES, modernizar, reformar e implementar novas infraestruturas, relacionadas neste documento, destinadas ao suporte das atividades de uso público do PARQUE nas áreas abrangidas pelo PROJETO.

As INTERVENÇÕES deverão causar pouco ou nenhum impacto ao meio ambiente, devendo sempre que possível, optar por métodos construtivos pré-fabricados e de baixo impacto, materiais reciclados e não tóxicos.

Deverão ser priorizadas, portanto, as práticas sustentáveis no desenho, na materialidade e na construção das edificações e infraestruturas básicas. Os projetos deverão ser desenvolvidos, ainda, em estrito cumprimento às diretrizes de mínimo impacto à paisagem natural existente.

A escolha dos materiais e dos sistemas construtivos deverão ser orientadas por padrões de eficiência e sustentabilidade, leveza, permeabilidade (no caso de pisos), alta durabilidade, resistência, qualidade no desempenho térmico e acústico, bem como matéria prima renovável, quando possível. As obras deverão priorizar, sempre, a mitigação dos impactos de obras no interior do PARQUE, além da diminuição de resíduos de obras e rapidez na implantação das estruturas (em observância ao CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO).

O tipo de intervenção pretendida foi organizada por classificações de tipo de intervenção de obra civil, leve, moderada ou pesada. As características implicam e refletem na necessidade de um aprofundamento de projeto ou não.



1.2.1. Manutenção

Manutenções serão consideradas como as intervenções que não alterem as características de partes de uma edificação ou infraestrutura, que mantenham as características apenas atualizando sistemas, revestimentos, ações de caráter preventivo ou correções leves para manutenção da operação.

1.2.2. Reforma

Reformas serão consideradas como as intervenções que alterem as características de partes de uma edificação ou infraestrutura, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

As reformas deverão obrigatoriamente prever a adequação às normas vigentes, prevendo melhorias das instalações elétrica, hidráulica e de TI, piso, cobertura, caixilhos, esquadrias, portas, instalação de louças e metais no caso de sanitários, vestiários, cozinhas e refeitórios, pintura interna e externa e instalação de novos equipamentos e mobiliário, quando necessário, a depender do uso do espaço.

1.2.3. Nova intervenção

As novas intervenções serão aquelas que poderão trazer ao PROJETO novos atrativos, melhorias facultativas e que agregarão na experiência do visitante. As propostas deverão ser atuais e integradas à toda estrutura existente. A seguir serão apresentadas algumas diretrizes e condicionantes mínimas a serem adotadas, devendo sempre estar compatível com as legislações municipais, estaduais e federais, quando aplicáveis.

Tabela 1. Condicionantes arquitetônicas. Fonte: Elaboração própria.

CONDICIONANTES ARQUITETÔNICAS	
TIPO	RECOMENDAÇÃO
Pé direito mínimo em ambientes de estada	3,0 m
Pé direito mínimo em sanitários e depósitos	2,5 m
Dimensão mínima em ambientes de estada	6m ² e círculo de 2,0m de diâmetro inscrito no plano do piso
Dimensão mínima em sanitários	1m ² /20 usuários
Índice de iluminância mínimo	Áreas de estar 200 lux Áreas molhadas 100 lux Áreas de trabalho 500 lux
Desníveis entre ambientes e exterior	no máximo 2 mm – conforme Lei 9050/2020

Portas acessíveis	90 cm vão de passagem
Portas em geral	80 cm vão de passagem
Janelas de ventilação e insolação	<p>Área mínima de 0,60 m²</p> <p>10% da área de piso em depósitos maiores que 2,5 m², cozinhas, copas</p> <p>5% para sanitários, vestiários e depósitos menores de 2,5 m²</p> <p>Metade das áreas de insolação para ventilação</p>
Forros	<p>Material Local</p> <p>Mínimo 10 cm da estrutura</p> <p>Passagem de tubulações</p>
Ruídos	<p>Salas de aula: 40-50 dB(A)</p> <p>Salas de reunião: 30-40 dB(A)</p> <p>Administração geral: 35-45 dB(A)</p>
Pisos área molhada 10%, Paredes área molhada	<p>Cimentício, cor clara, absorção de água <= coeficiente de atrito molhado >= 0,4; PEI=5, EPU <= 0,6 mm/m</p> <p>Cimentício, cor clara, absorção de água <= 20%, EPU <= 0,6 mm/m</p>
Pisos externos	Preferencialmente materiais naturais, permeáveis, antiderrapante, áspero, lavável
Paredes gerais	<p>Revestimento que garanta estanqueidade e/ou lavabilidade</p> <p>Preferencialmente referências locais</p>

1.3. Modularização do Estudo Preliminar de Novas Estruturas

Os projetos deverão ter como base os princípios da arquitetura flexível e adaptável a diversos usos e atividades, utilizar materiais sustentáveis, visando o mínimo impacto e a máxima integração ao meio ambiente e à paisagem. A utilização de projetos modulares, para este ESTUDO, tem como objetivo a criação de balizas referenciais para estruturar uma visão completa das necessidades e propostas que fomentem um MODELO DE NEGÓCIO interessante e atrativo, com respostas às infraestruturas e quantidades reais para balizar os investimentos.



A escolha do sistema construtivo de novas edificações, reforma, restauro e de instalações existentes deverão minimizar os impactos de obra no interior dos parques, visando a uma obra seca, com diminuição de resíduos, focando na rapidez na implantação da estrutura, visando ao mínimo impacto na sua visitação, reforçando o partido arquitetônico escolhido para permear as propostas globais de intervenção.

Os módulos, preferencialmente, devem ser instalados por meio de sistemas construtivos secos, sem a necessidade de grandes obras civis no interior do PARQUE, de modo a mitigar seus impactos, adotando sistemas modulares e pré-fabricados, produzidos de maneira industrial, com menos desperdício e rápida montagem in loco. Além disso, possuem maior facilidade de transporte e montagem, aumentando a eficácia da construção. Tal sistema permite a construção ser elevada do solo, evitando impermeabilizações em áreas naturais.

Os módulos poderão adotar estruturas metálicas, woodframe, madeira laminada (MCL), entre outras que fomentem a economia de insumos e menor impacto. Deverão ser adotados fechamentos com materiais locais, que estimulem uma conexão com o território e melhoria da identidade do PARQUE..

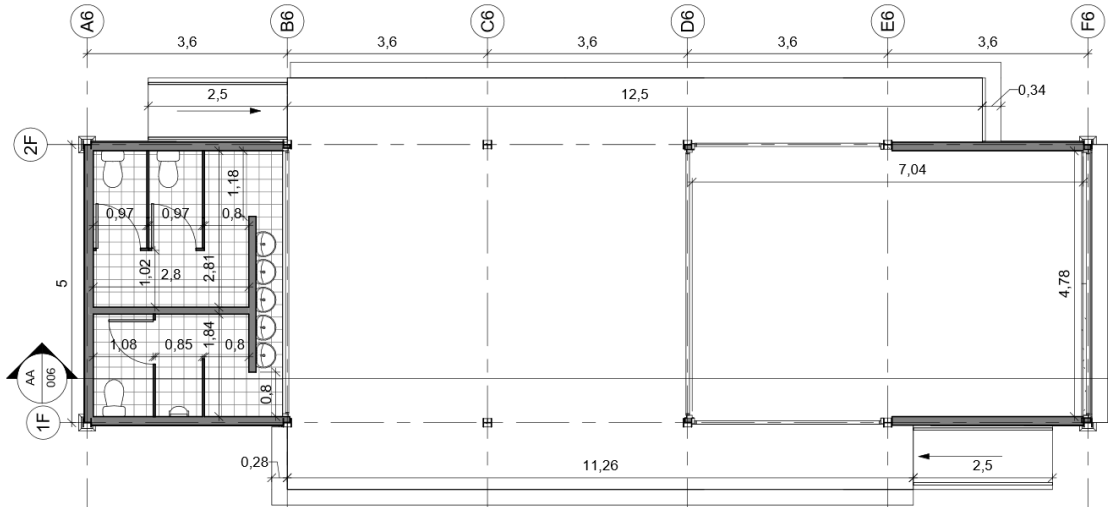
Sugere-se ainda, que a novas construções possuam sempre que possível coberturas verdes ou placas fotovoltaicas, instalações elétricas com equipamentos que priorizem selos eficientes e instalações hidráulicas com reuso e dispositivos economizadores.

Outras estratégias de sustentabilidade das intervenções serão apresentadas adiante.

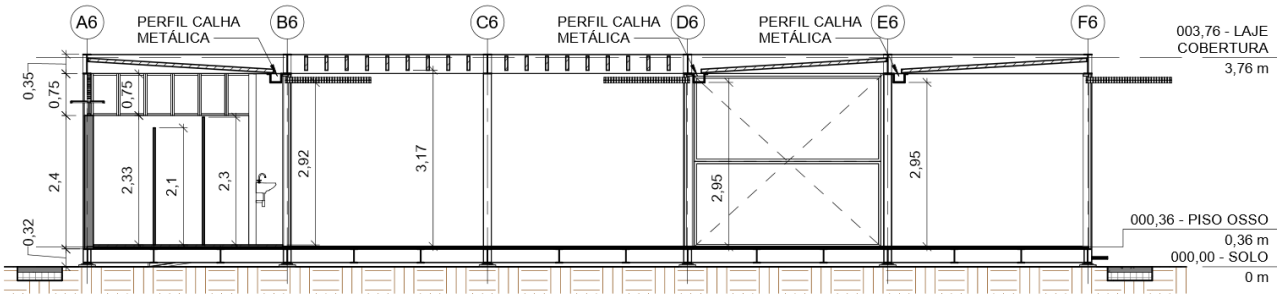
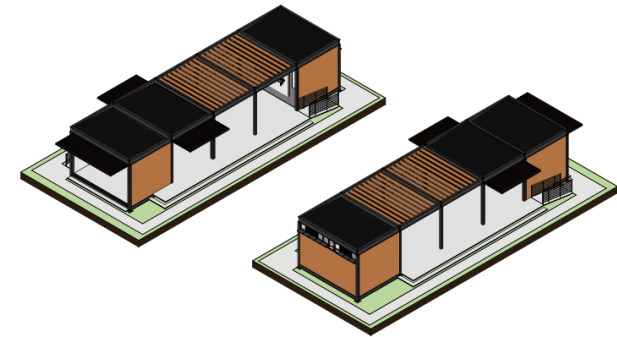
1.3.1. Módulo Visitante

Poderão ser implementados módulos de infraestrutura que criem espaços multiusos, de modo a abrigar as diversas possíveis atividades comerciais, culturais e sociais que complementem os atrativos e a experiência do visitante na UC. Estes módulos visam maximizar também, por consequência, os potenciais de geração de receitas no PROJETO por meio do aluguel da área locável.

Os módulos poderão receber desde lojas com produtos destinados ao conforto e satisfação do visitante (tais como protetores solares, repelentes, pilhas, capas de chuva, bonés, camisetas, mochilas, botas, chapéus, canecas, bichos de pelúcia etc.), até atividades comerciais, lanchonetes, restaurantes etc.



PLANTA BAIXA
ESCALA 1:75



CORTE AA
ESCALA 1:75

1.4. Materialidades e identidade local

As edificações existentes reformadas ou demolidas e novas deverão criar uma linguagem entre si, estabelecendo a identidade da intervenção arquitetônica. Deverão ser avaliados os materiais locais bem como as materialidades já existentes nos PARQUES para seguir uma composição da paisagem integrada com os elementos existentes. A busca pela materialidade local traz também uma questão de identidade para os parques, além de manter as características atuais existentes. Em casos de busca por Certificação das Construções, o emprego do material local fomenta a comunidade e preserva características.

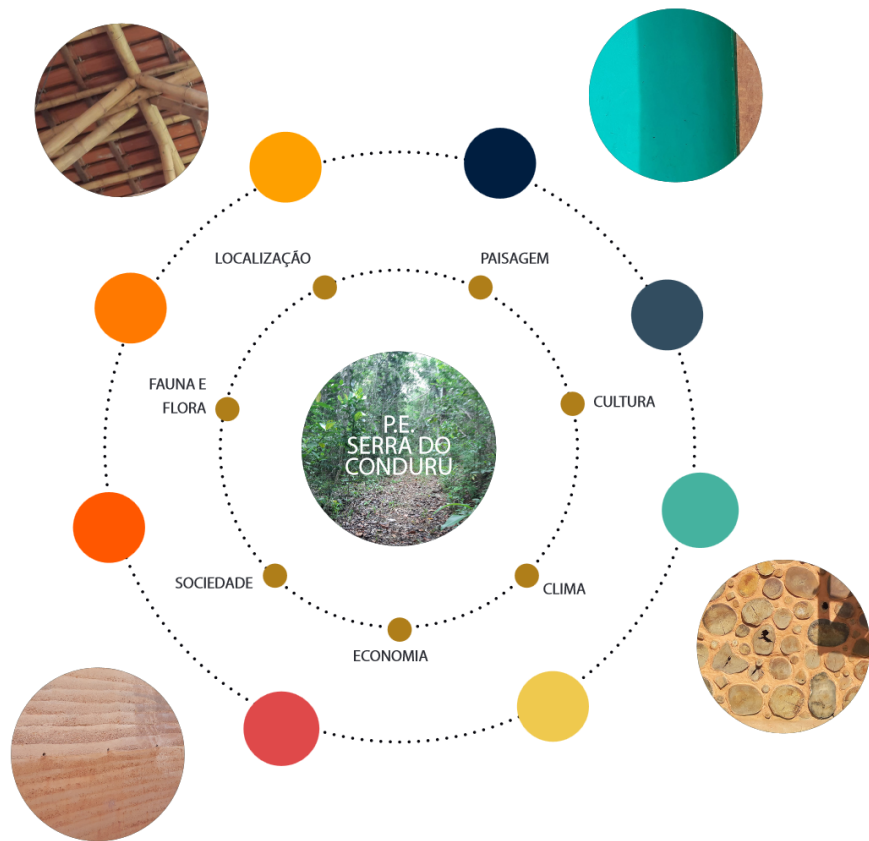


Figura 2. Diagrama esquemático de fatores considerados nas materialidades. Fonte: Elaboração própria

1.5. Diretrizes de Sustentabilidade - Plano de Manejo e Certificações

Os princípios de sustentabilidade das INTERVENÇÕES deverão estar pautados em objetivos que visam capturar as problemáticas mais relevantes no cenário atual do PARQUE, além de implementar, de modo progressivo, o papel de educação ambiental estabelecido pelos PARQUES.

Espera-se que, a partir do desenvolvimento de um projeto sustentável, atento a estes pilares e princípios, a nova experiência do visitante das áreas de ESTUDO seja efetivamente incrementada, servindo ao PARQUE, idealmente, como parâmetro de condutas sustentáveis ao usuário/visitante. A partir da implantação de um projeto sustentável, espera-se também que este, inspire novos comportamentos dos visitantes em sua vida cotidiana, a partir da experiência de visitação – em linha com o papel dos diferentes entendimentos sobre educação ambiental – formal e não formal.

A seguir serão apresentados tanto elementos para nortear as escolhas de projeto quanto para a reforma das infraestruturas existentes no parque. Tais elementos deverão trazer conceitos de conforto ambiental e eficiência energética contida nas certifica es verdadeiramente adequadas ao nosso hemisfério e meio ambiente.

O uso sustentável dos recursos naturais deve suprir as necessidades da gera o presente sem afetar a possibilidade das gera es futuras de suprir as suas. Ainda que seja um conceito amplo e complexo, por envolver vertentes econ micas, sociais, energéticas e ambientais, no campo de conhecimento específico da arquitetura e edifica es, afim de traçar diretrizes de interven o, a sustentabilidade   atingida através de 6 principais diretrizes:

- Ado o de fontes de energias limpas e renováveis
 - o Instala o de Sistema de Aquecimento Solar (SAS) para água quente presentes em vestiários sempre que a área sombreada sobre os coletores solares for inferior a 30%;
 - o Utiliza o de placas fotovoltaicas para a produ o de energia. A economia gerada pela instala o deste sistema se d  por meio de “compensaa o de energia elétrica”.
- Uso racional de energia
 - o Favorecimento na tipologia arquitet nica de ventila o e ilumina o natural;
 - o Utiliza o de cores claras internas e externas, sombreamento de fachadas e materiais com altos índices de refletância em coberturas e fachadas visando diminuir a carga térmica no verão e gastos com ar condicionado;
 - o Uso de ilumina o artificial dimerizada associada a sensores de ilumina o natural e desligamento automático em ambientes sem uso;
 - o Uso de luminárias e lâmpadas com alta eficiência lumínica, resultando em baixa potência instalada e garantia de conforto aos usuários;
- Sele o de materiais com histórico de menores índices de carbono;
 - o Avalia o do ciclo de vida dos materiais, evitando a especifica o de materiais que possuem a intensa emissão de carbono;
 - o Utilizar materiais recicláveis com cargas menores de CO2 como estruturas de a o, que diminuem desperdícios, resíduos na obra e podem ser reaproveitados;

- o Utiliza o de materiais locais.
- Sele o de fornecedores de materiais;
 - o Procurar fornecedores com certifica es ambientais;
 - o Incentivar o uso de materiais locais.
- Eficiência no dimensionamento de subsistemas:
 - o Dimensionamento eficiente de instala es elétricas e hidráulicas, e sistemas estruturais para evitar danos a equipamentos e desperdícios de materiais;
 - o Utiliza o de ilumina o, aquecedores, equipamentos e ar condicionado com selos de alta eficiência energética.
- Reuso e Racionaliza o da água
 - o Capta o e tratamento de água de chuva para reutiliza o em irriga o de jardins e bacias sanitárias;
 - o Capta o de águas cinza, passando por tratamento químico, biológico ou físico para reuso em aplica es como irriga o, espelhos d’água, vasos sanitários, lavagem de pisos, lavagem de veículos e torres de resfriamento, tendo como fontes: condensadoras do sistema de ar-condicionado e torneiras de lavatório;
 - o Instala o de equipamentos economizadores de água nos banheiros;
 - o Uso de bacias sanitárias com caixa acoplada e sistema de dual-flush;
 - o Arejadores de vazão constante e fechamento automático nas torneiras de lavatório;
 - o Uso de mictórios secos ou com válvulas de acionamento de baixa vazão e fechamento automático;
 - o Uso de torneira automáticas.

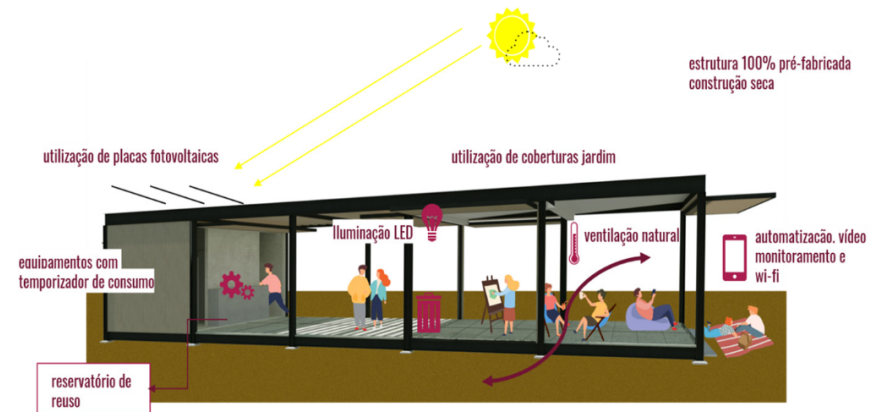


Figura 3. Conceitos Sustentabilidade aplicado. Fonte: Elabora o própria

1.6. Mitigação ambiental

Ao longo do PRODUTO 2, Diagnóstico Socioambiental, foram destacados os principais passivos e riscos ambientais que podem ou não ser prejudiciais ao PROJETO.

Serão avaliados todos os itens levantados, indicados as ações necessárias e os Stakeholders que deverão estar envolvidos na ação.

Para o PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU, estas são as ações e planos de mitigação ambiental:

1) Subprograma de regularização Fundiária

Para mitigação dos riscos associados às ocupações e invasões na área do PESC a sugestão é que sejam devidamente implementadas as ações já previstas no Subprograma de Regularização Fundiária estabelecido pelo Plano de Manejo do parque. Os resultados esperados por este subprograma são:

- Toda a área do Parque esteja sob jurisdição do INEMA.
- Pendências judiciais resolvidas.
- Parque com limites demarcados.
- População ocupante retirada.

Com estes objetivos alcançados, os riscos associados às invasões e ocupações na área do PESC estarão minimizados.

STAKEHOLDER que pode auxiliar na Mitigação: Governo do Estado da Bahia, SEMA, INEMA, Ministério Público do Estado da Bahia.

2) Subprograma de Proteção

Este subprograma já definido pelo Plano de Manejo do PESC estabelece uma série de atividades e normas que visam a proteção da integridade dos ecossistemas do parque, bem como das suas estruturas e funcionários. Entre os resultados esperados pelo subprograma destaca-se a implantação de um sistema de vigilância e fiscalização e o impedimento de invasões na área do PESC.

Assim, este subprograma, associado ao subprograma de regularização fundiária, minimiza significativamente os riscos associados às atividades de invasão e ocupação no PESC.

STAKEHOLDER que pode auxiliar na Mitigação: SEMA, INEMA, Ministério Público do Estado da Bahia, Conselho Gestor (CG) Parque Estadual da Serra do Conduru, Associação de Guias e Condutores de Serra Grande e Associação de Guias de Itacaré.

3) Plano de Combate e Prevenção a Incêndios Florestais

No âmbito do subprograma de proteção definido pelo Plano de Manejo do PESC são previstas as seguintes atividades:

- Propor a criação de uma brigada anti-incêndio para atender ao Parque e a região.
- Elaborar um mapa indicando os pontos de maior gravidade para a ocorrência de incêndios, bem como localizar as tomadas de água disponíveis;
- Considerando estas atividades já previstas pelo plano de manejo, sugere-se que para mitigação dos riscos de queimadas e incêndios florestais seja elaborado um Plano de Combate e Prevenção de Incêndios Florestais, o qual deverá prever minimamente as seguintes atividades:
- Elaborar e manter um Plano de Combate e Prevenção a Incêndios Florestais com o objetivo de: caracterizar a situação e infraestrutura da Unidade de Conservação (UC); elaborar o mapeamento de áreas prioritárias e críticas de ocorrências de incêndios; sistematizar as ações preventivas; e definir os procedimentos, rotinas e estratégias para o combate ao fogo.
- Confecção e manutenção de estradas de acesso e aceiros em segmentos estratégicos da Unidades de Conservação, especialmente em áreas limítrofes da Unidade onde normalmente há surgimento de focos de incêndios;
- Campanhas Educativas – sensibilização da sociedade civil dos impactos negativos dos incêndios florestais e da prática da queima irregular, através de palestras, campanhas, atividades, etc.
- Disponibilização de material informativo / educativo para os interessados;
- Definição de planos e estratégias de combate, adotados em virtude da natureza do incêndio;
- Formação e capacitação de brigadas municipais, institucionais ou voluntárias, para combate aos incêndios florestais.

STAKEHOLDER que pode auxiliar na Mitigação: SEMA, INEMA, Prefeitura Municipal de Ilhéus (Defesa Civil), Prefeitura Municipal de Uruçá (Defesa Civil), Prefeitura Municipal de Itacaré (Defesa Civil), ICMBio, Conselho Gestor do PESC, Associação de Guias e Condutores de Serra Grande, Usuários da UC.

4) Programa de Mitigação de Atropelamento de Fauna nos acessos viários do parque

O Plano de Manejo do PESC já prevê algumas diretrizes para o monitoramento e registros dos eventos de atropelamentos de fauna na área do parque, bem como a instalação de redutores de velocidade nos pontos críticos e a limitação da velocidade a 50 km/h no trecho da BA 653 que corta o parque.

Como sugestão para mitigar os riscos associados ao atropelamento de fauna recomenda-se que estas normas e diretrizes sejam efetivamente implementadas e operacionalizadas dentro de um programa específico para este impacto. Recomenda-se também que sejam avaliadas metodologias para redução do atropelamento como a instalação de passagens de fauna (aéreas e subterrâneas), barreiras, sinalização, entre outras técnicas.

STAKEHOLDER que pode auxiliar na Mitigação: SEMA, INEMA, Ministério Público do Estado da Bahia, ICMBio, Conselho Gestor do PESC, Usuários da UC.

5) Plano de Gerenciamento de Riscos e Contingência

Este plano deverá identificar os riscos que possam ocorrer nas atividades de uso público do PESC e indicar as medidas necessárias para sua prevenção e remediação, considerando probabilidade de ocorrência, gravidade e medidas preventivas e reativas quanto à ocorrência.

Eventos imprevisíveis também devem ser considerados neste plano, como os eventos climáticos extremos que podem ocasionar desastres naturais como inundações, deslizamentos, erosões, queda de árvores, etc. Para minimizar os riscos impostos por estas situações, este plano deverá, minimamente, prever:

Detalhamento do sistema de comunicação, apto a solicitar socorro dos órgãos locais e regionais responsáveis pela defesa civil, segurança social e defesa da saúde, na ocorrência de sinistros comunicados aos funcionários do parque que estiverem em exercício;

Mapeamento das áreas e atrativos de risco ao usuário, com sua respectiva classificação com relação ao tipo e grau de risco, dificuldade de acesso e meios de resgate;

Detalhamento e localização dos materiais e equipamentos para atendimentos de contingências;

Protocolo de responsabilidades da equipe do interessado na Unidade de Conservação para atendimento a emergências.

Fechamento temporário de trilhas e atrativos quando as condições climáticas não estiverem favoráveis.

Stakeholder que pode auxiliar na Mitigação: SEMA, INEMA, Prefeitura Municipal de Ilhéus (Defesa Civil), Prefeitura Municipal de Uruçá (Defesa Civil), Prefeitura Municipal de Itacaré (Defesa Civil), ICMBio, Conselho Gestor do PESC, Associação de Guias e Condutores de Serra Grande, Usuários da UC.

1.7. Diretrizes de Acessibilidade

As Estratégias de Acessibilidade têm por objetivo ampliar a oferta de experiências nos PARQUES com o conceito de Inclusão, focando na melhoria das condições de comunicação, atendimento, acessos, mobilidade e atividades.

“O turismo com enfoque social vem se desenvolvendo acentuadamente no mundo, de modo especial no que se refere ao acesso à experiência turística às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

No que concerne ao turismo em relação a esses grupos populacionais é que, atualmente, não existem condições de acessibilidade condizentes. Projetar a igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não com exceção. Nessa reflexão, surge um novo paradigma, em que esses valores agregados conduzem a acessibilidade a uma cultura na qual as necessidades das pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade¹ assumem um caráter estratégico de ação efetiva do Estado.”(Ministério do Turismo, 2006)

Conciliando os pressupostos da inclusão social e do turismo, não se deve separar as pessoas com deficiência dos outros turistas durante o exercício da atividade. Para o turismo representar uma parte do desenvolvimento e bem-estar integral das pessoas com deficiência, ele precisa ser realizado no mesmo espaço em que convivem as pessoas sem deficiência. Com o objetivo de garantir o acesso ao turismo, algumas atitudes devem ser tomadas.

“Os segmentos de Turismo de Aventura e Ecoturismo devem estar abertos aos avanços da legislação e a essa demanda crescente, incorporando em suas atividades as questões relativas à acessibilidade. E existem duas fortes razões para investir nesse tipo de negócio: a possibilidade de acessar um mercado de grande potencial e ainda pouco explorado e o cumprimento de uma importante função social, promovendo a dignidade da pessoa humana, disseminando a não discriminação e incentivando o respeito à diversidade.”(ABETA, 2013),

São diretrizes para a compreensão de acessibilidade a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida

Acessível: espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

- a) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) Barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;
- c) Barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transporte público, privado, aos terminais, às estações e aos pontos de parada;
- d) Barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.

Mobiliário urbano: Conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, como semáforos, postes de sinalização e iluminação, telefones públicos, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e outros.

“Atender pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida não significa apenas adaptar atividades de aventura e estar preparado para interagir com esse público. É necessário implementar a acessibilidade também nas instalações e espaços utilizados por esses clientes, como pisos, percursos, escadas e rampas, corrimãos, elevadores, corredores, portas, janelas, sanitários, balcões de atendimento, telefones, bebedouros, entre outros.

Nesse sentido, a ABNT NBR 90504 apresenta os requisitos técnicos para tornar acessíveis edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos objetos e espaços construídos. Como isso infelizmente ainda não é uma realidade, consideramos que na adaptação de espaços e instalações deve-se, pelo menos, buscar a solução mais próxima do que seria um desenho universal.

Assim, mesmo que as empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo, ao adaptarem seus produtos, tenham em vista um público específico, criando, por exemplo, atividades para pessoas com deficiência visual, ou atividades para pessoas com cadeira de rodas, ou qualquer tipo de atividade específica para certa deficiência, devemos buscar adaptações que possam ser utilizadas por todas as pessoas, incluindo os diferentes tipos de deficiências.” (ABETA, 2013),

O objetivo é que a mesma experiência de visitação possa ser vivenciada por todos, tomando como partido a inclusão por meio da acessibilidade.

1.7.1. Comunicação e atendimento

Comunicação e sinalização deve ser distribuído ao longo do parque sinalização visual, tátil e sempre que possível auditiva. Deverão ser didáticas, simples e bem distribuídas, sempre indicando rotas acessíveis, distâncias e os principais pontos. Os avisos devem ser visuais (tipo claro em quadros de avisos eletrônicos ou grandes telas de vídeo) e acústicos (precedidos por um tom).

A diversidade representa um princípio básico de cidadania, que visa assegurar a cada um condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades. Diversos não são os outros que estão em situação de vulnerabilidade, desvantagem ou exclusão. A diversidade é uma característica de todos nós, e não de alguns de nós.

Os balcões de informação, postos de informação e bilheteria devem ser claramente indicados e ter uma área de serviço ao cliente acessível, reservada para pessoas com mobilidade reduzida e tão perto quanto possível da entrada.



Centro de Visitantes: Local para recepcionar, informar, educação, alertar, orientar. Infraestrutura deve oferecer local de descanso, alimentação, podendo agregar outros usos como exposições, lojas.

Figura 4. Centro de visitante Kunshan - Fonte: Vector Architects

1.7.2. Acesso e mobilidade

As INTERVENÇÕES deverão observar conceitos de desenho universal, criando-se ambientes acessíveis para pessoas com necessidades especiais, abrangendo todos os tipos de deficiência – como de mobilidade, visual e auditiva –, além das limitações inerentes a classes específicas de usuários, como crianças e idosos.

Estacionamentos: Devem estar disponíveis zonas especiais de estacionamento para os veículos das pessoas com mobilidade reduzida que apresentem uma identificação adequada o mais próximo possível da entrada/saída do edifício ou dos locais. Essas áreas devem ser monitoradas para que não sejam usadas por pessoas sem necessidades especiais.

Rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive as com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos,

calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas; a interna pode incluir corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores.



Melhoria da pavimentação ou desenvolvimento de novos caminhos com pavimento ou estrutura acessível, estável e com a devida comunicação e sinalização, tornando o indivíduo mais autônomo quanto a sua circulação e exploração do parque.

Figura 5. Trilha interpretativa em Hula Valley - Israel Fonte: Eco.brasil

Transporte interno: modais motores com acessibilidade de acesso, para o transporte interno, facilitando o acesso, encurtando distâncias e organizando os fluxos.

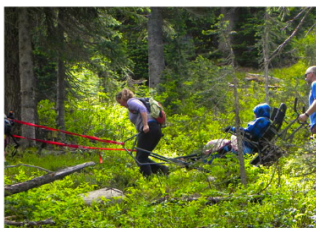


Veículos adaptados que facilitem o transporte da pessoa com deficiência em sua própria cadeira.

Figura 6. Charrete adaptada em Brotas. Fonte: Google.

Bicicletas acompanhadas: bicicletas adaptadas onde a cadeira de roda possa ser acoplada por inteiro.

Cadeira de rodas especiais: uma cadeira de rodas que permita a prática de caminhada ou corrida para qualquer pessoa com mobilidade reduzida ou com deficiência, criança ou adulto.



Disponer de equipamentos adaptados para os visitantes

Necessário que o parque disponha, ainda, de área para manutenção de todos os equipamentos garantindo a segurança de uso e operação dos mesmos.

Figura 7. Trilha em Eva Lake. Fonte: Eco.brasil

1.7.3. Atividades

Atividades com inclusão e adaptação deverão ser previstas. Uma vez a infraestrutura adequada ao recebimento universal, todos os equipamentos para as atividades deverão acompanhar com a adaptação.

Abaixo um exemplo de algumas atividades, e a adaptabilidade da mesma:

Atividades de aventura para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida										
	Acqua-rifts	Air vorlismo	Bóia-trás	Canoaagem	Cavaliçada	Caminhada de curta duração	Rafting	Rapel	Tirolesa	Fora de Estrada
Paraplégico	●	●	□	□	●	△	△	△	△	△
Tetraplégico	●	●	●	●	●	△	△	△	△	△
Def. Visual	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Def. Auditiva	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Def. Mental	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Def. Múltiplo	□	□	□	□	△	□	△	□	□	□

□ Atividade pode ser praticada normalmente, com adaptação mínima e monitores.
 △ Atividade pode ser praticada, mas requer uso de equipamentos adaptados.
 ● Atividade não apresenta condições de ser praticada com segurança para esse tipo de deficiência.

Figura 8. Matriz de atividades adaptáveis. Fonte: ABETA



Figura 9. Trilha adaptada com comunicação em Braille. Foto Rafaela Ely

2. PLANO DE IMPLANTAÇÃO REFERENCIAL

O Plano de implantação referencial foi construído tendo como base às estratégias orientadoras do projeto, bem como todo o diagnóstico realizado, seja com o viés de oferta e demanda, seja sob o ponto de vista socioambiental. Sendo assim, foi concebida uma proposta preliminar que parte de um diagnóstico e leitura do território, contemplando os aspectos econômicos e sociais, bem como a própria identidade atrelada ao PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU.

A fim de alcançar objetivos sustentáveis à proposta busca dar caminhos para os principais desafios e estímulos para as potencialidades de forma pragmática, com soluções simples e viáveis.

Sendo assim, as propostas buscam criar resultados por meio das intervenções.

A proposta busca potencializar o turismo no PARQUE ESTADUAL SERRA DO CONDURU como um todo, melhorando a experiência completa do visitante, otimizando a gestão e operação. A proposta se organiza em uma visão macro das atividades e infraestruturas distribuídas no território, organização dos fluxos e mobilidade, ou seja, melhorias integrais que qualificam as estruturas existentes.

Propõe-se ainda, a complementação com novos projetos estratégicos, que possuem o objetivo de agregar novas experiências, valores e atividades. Desse modo, espera-se alcançar um projeto dinâmico, coerente e que responda ao diagnóstico de forma propositiva, obtendo um projeto sustentável, equilibrado e que fomente a cultura local e preservação ambiental.

Ainda que tenha sido apresentada a classe de atividade no levantamento, quanto à proposta, algumas estruturas poderão sofrer alterações de atividade, abrigando usos mais coerentes ou interessantes ao PROJETO.

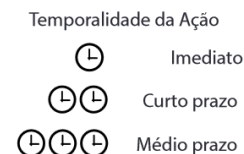


Serão definidas, agora, a exata intervenção que deverá ser feita, sempre respeitando as Estratégias apresentadas e buscando maior atratividade ao PROJETO. As intervenções implicarão também em diferentes custos de investimento.



Vale ressaltar, que a temporalidade da ação, quanto à implementação das intervenções, deverá estar em consonância com o PLANO DE NEGÓCIO, entretanto, de modo inicial e apenas focado na infraestrutura, observando a pontuação quanto à temporalidade e necessidade de implantação em imediato, curto ou médio prazo.

Dada a natureza do PROJETO, a visão inicial quanto à infraestrutura possui um limite de previsibilidade temporal, pois a infraestrutura deverá estar sempre apta a dar respostas para a sociedade de seu tempo, devendo ser revista ao longo da duração do PROJETO.



Outra baliza fundamental para calibrar as intervenções propostas a seguir, será o resultado obtido no índice de maturidade da infraestrutura, devendo ser sanado os pontos de maior fragilidade e mantendo os pontos já consolidados.

2.27 - 3.48

MATURIDADE NÍVEL 3

NÍVEL DE MATURIDADE DA
INFRAESTRUTURA DO PARQUE
RECOMENDAÇÃO AO PESC

O parque possui infraestrutura de operação e visitação e mecanismos de gestão que podem ser qualificados e potencializados

2.1. Proposta geral - Melhorias integrais

No PARQUE identificamos alguns atrativos dispersos na área da UC e o núcleo da sede. Localizado próximo ao acesso Sul existe um singelo conjunto de edificações que funcionam como base operacional e abrigam os alunos e pesquisadores que vêm até o parque.

O grande recorte do parque com interações diversas em seus limites cria algumas relações conflituosas e nem sempre são seguras ou passíveis de intervenções.

Para a proposta foi previsto a reforma das edificações existentes como administração, refeitório e alojamentos migrando as benfeitorias para as trilhas e passarelas de madeira que dão suporte às trilhas interpretativas do entorno.

A maior intervenção acontece próxima ao lago da sede onde está previsto um pavilhão de eventos com foco na diversidade cultural e Ambiental do parque; este novo conjunto arquitetônico contará com sanitários para visitantes, espaços de oficinas e lojas de artesanato e design local, pontos de gastronomia próximos ao lago e uma grande cobertura que pode acolher uma boa variedade de eventos, exposições e show acústicos.

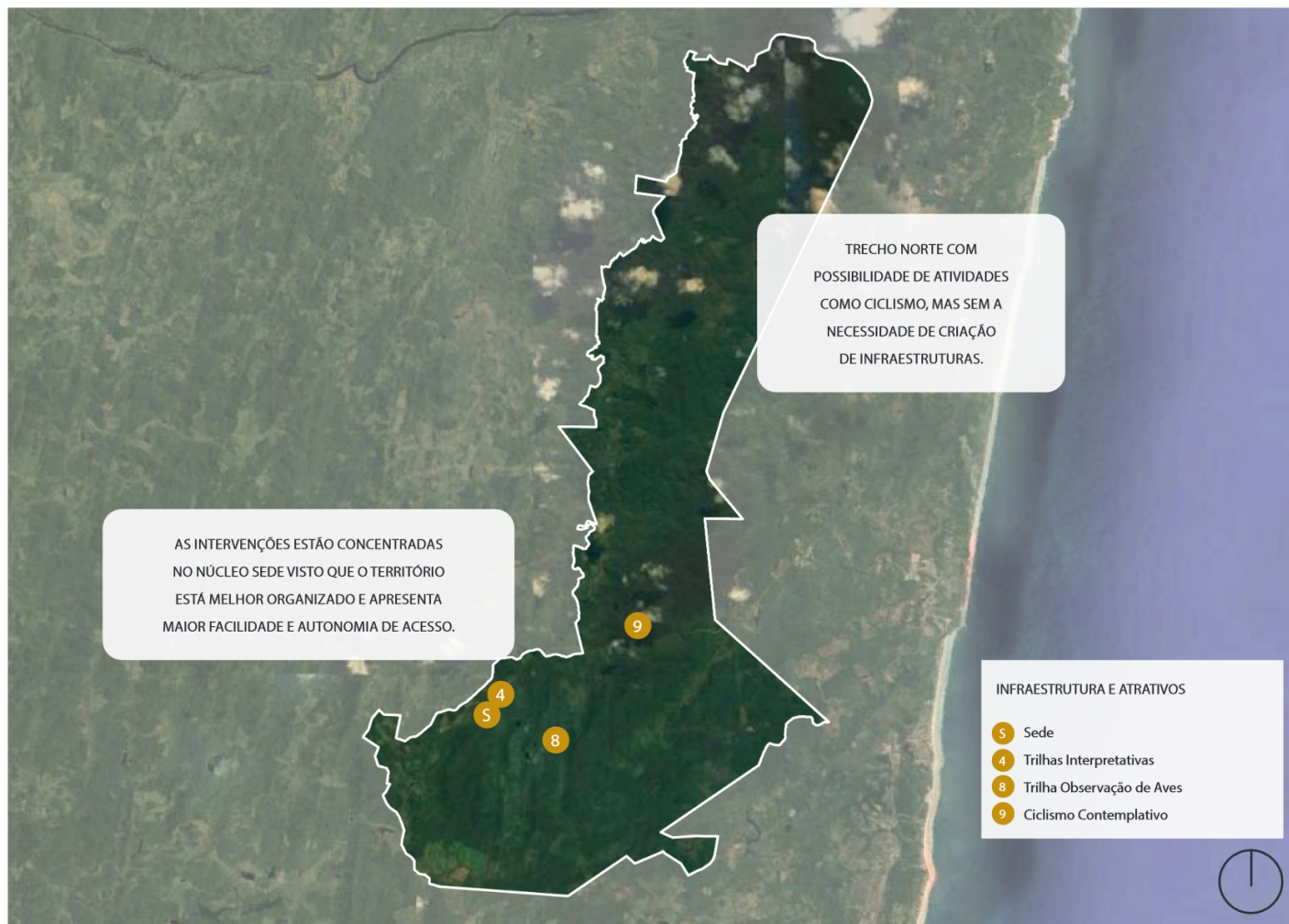


Figura 10. Mapa de identificação dos núcleos e atrativos naturais. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Google Earth 2021.

2.1.1. Elementos urbanos

Novos mobiliários deverão ser implementados para criar novas formas de interação com os visitantes, além de criar uma identidade adequada e única para o PARQUE. Os elementos urbanos deverão ser capazes de dar suporte ao visitante em uma melhor experiência do PARQUE conforme o tipo de uso e prática realizadas, sejam elas de lazer, contemplação ou esportiva.

Deve-se prever:

- Espaçamento entre mobiliários adequado para cada área do PARQUE;
- Sinalização visual e totens de comunicação em entradas e saídas, próximos à edifícios e distribuídos de forma homogênea pelas áreas de maior circulação de visitantes, com raios de 200 metros, trilingue;
- Sinalização interpretativa nas principais trilhas e atrativos do parque com informações da fauna e flora. Estas servirão de apoio para programas de educação ambiental;
- Diferentes tipos de mobiliários, porém com a mesma linguagem construtiva de madeira, metal e pedra adequados a durabilidade necessária e que compoñham a paisagem de forma harmônica e compatível com a identidade do PARQUE;
- Mesas de piquenique e de estadia em áreas sombreadas, principalmente na área próxima do centro de visitantes, dando suporte mínimo ao visitante;
- Lixeiras duplas, com coleta seletiva.

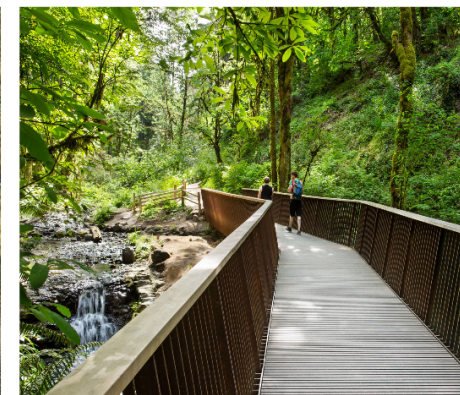
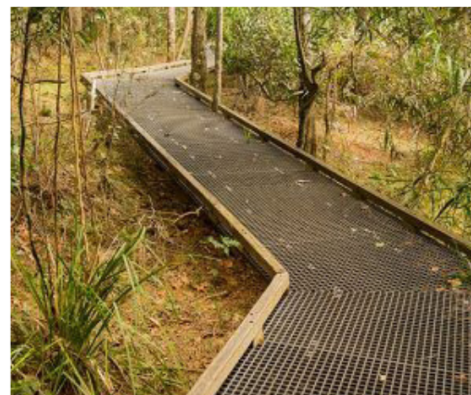


Figura 11. <https://incofusta.com/carteles-de-obra/>

Figura 12. <https://br.pinterest.com/juliebencomo/caminer%C3%ADa-pasillo/>

Figura 13. https://www.architectmagazine.com/project-gallery/forest-park-bridges_1

Figura 14. <https://br.pinterest.com/pin/354236326947936428/>

Figura 15. <https://br.pinterest.com/jatupolsubritta/bin/>

Figura 16. <http://landezine.com/index.php/2019/11/ilawa-forest-by-landscape-architecture-lab>



Figura 17. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Google Earth 2021

2.2.2. Avaliação da mobilidade - Núcleo Sede

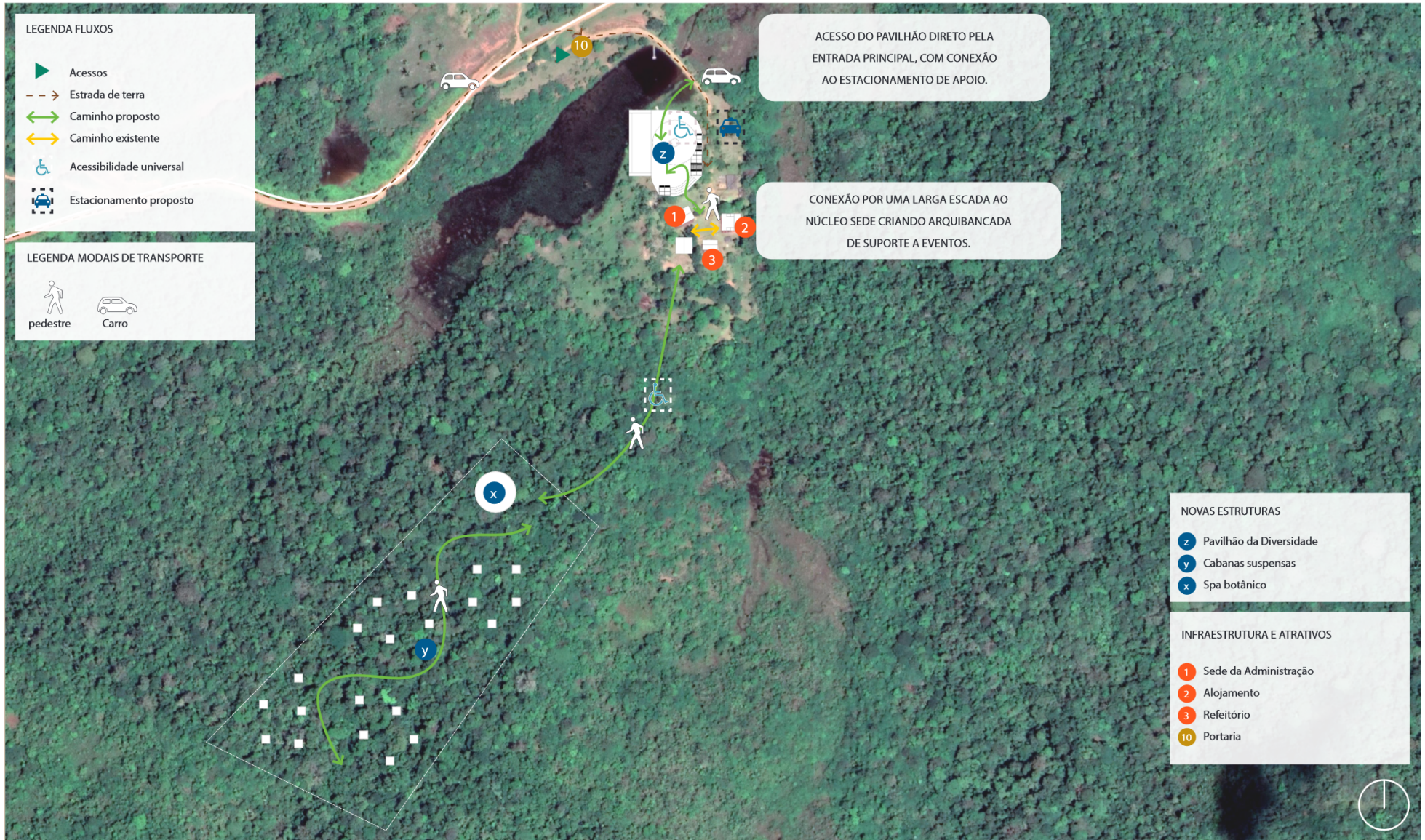


Figura 18. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021

● manutenção ● reforma ● nova intervenção

TURISMO DE EXPERIÊNCIA COM
BIODIVERSIDADE NATURAL E CULTURAL



Figura 19. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria

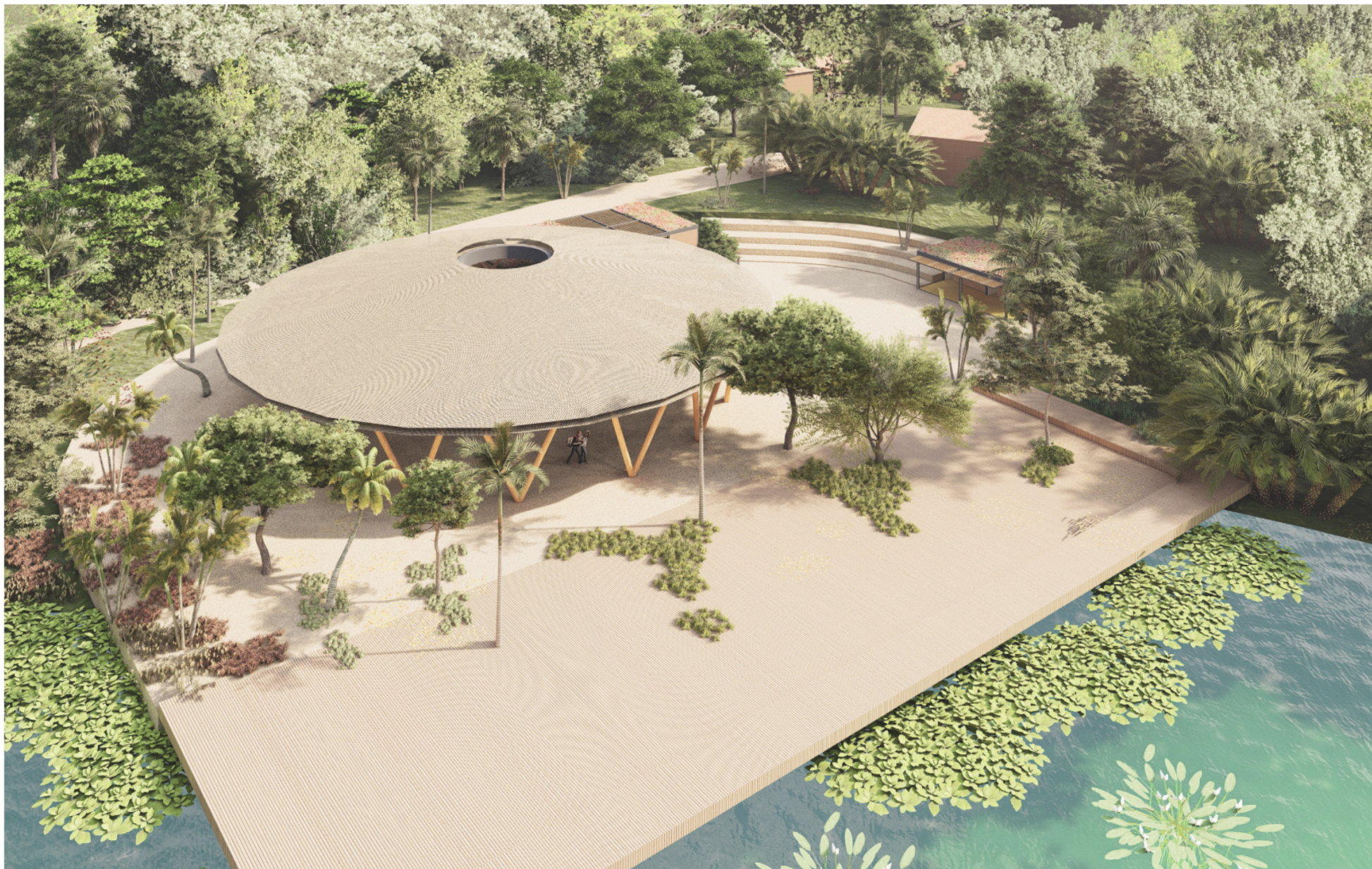


Figura 20. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria

2.2.3. Descrição das intervenções específicas - Núcleo Sede



Administração: Edifício operacional localizado na Sede da Unidade. Esta estrutura deve ser reformada e atualizada, podendo incorporar novas funções e serviços ao parque e seus visitantes.

REFORMA

OPERACIONAL



Alojamento: Alojamento com quatro quartos e quatro suítes, quatro banheiros, um salão, cozinha e varanda. Esta estrutura deve ser reformada e atualizada, podendo incorporar novas funções e serviços ao parque e seus visitantes.

REFORMA

OPERACIONAL



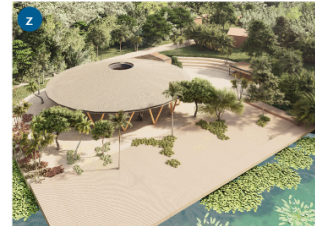
Refeitório: Estrutura reformulada para atender as demandas da visitação pública, principalmente grupos de estudantes de universidades. Esta estrutura deve ser reformada e atualizada, podendo incorporar novas funções e serviços ao parque e seus visitantes.

REFORMA

APOIO AO VISITANTE



2.2.4. Novas Estruturas - Núcleo Sede



Pavilhão Multifuncional da Diversidade: Deverá ser criado um espaço para eventos, feiras, cursos e também um restaurante. O pavilhão contará com áreas de apoio contendo: sanitários, depósitos e infraestrutura para shows, apresentações culturais de teatro e música, além de oficinas educativas, profissionalizantes e ambientais, voltadas ao público regional e externo.

NOVA INTERVENÇÃO

ATRATIVOS



Cabanas suspensas: Área de hospedagem com pequenas cabanas suspensas nas árvores.

Figura 21. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: <https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/>

NOVA INTERVENÇÃO

ATRATIVOS



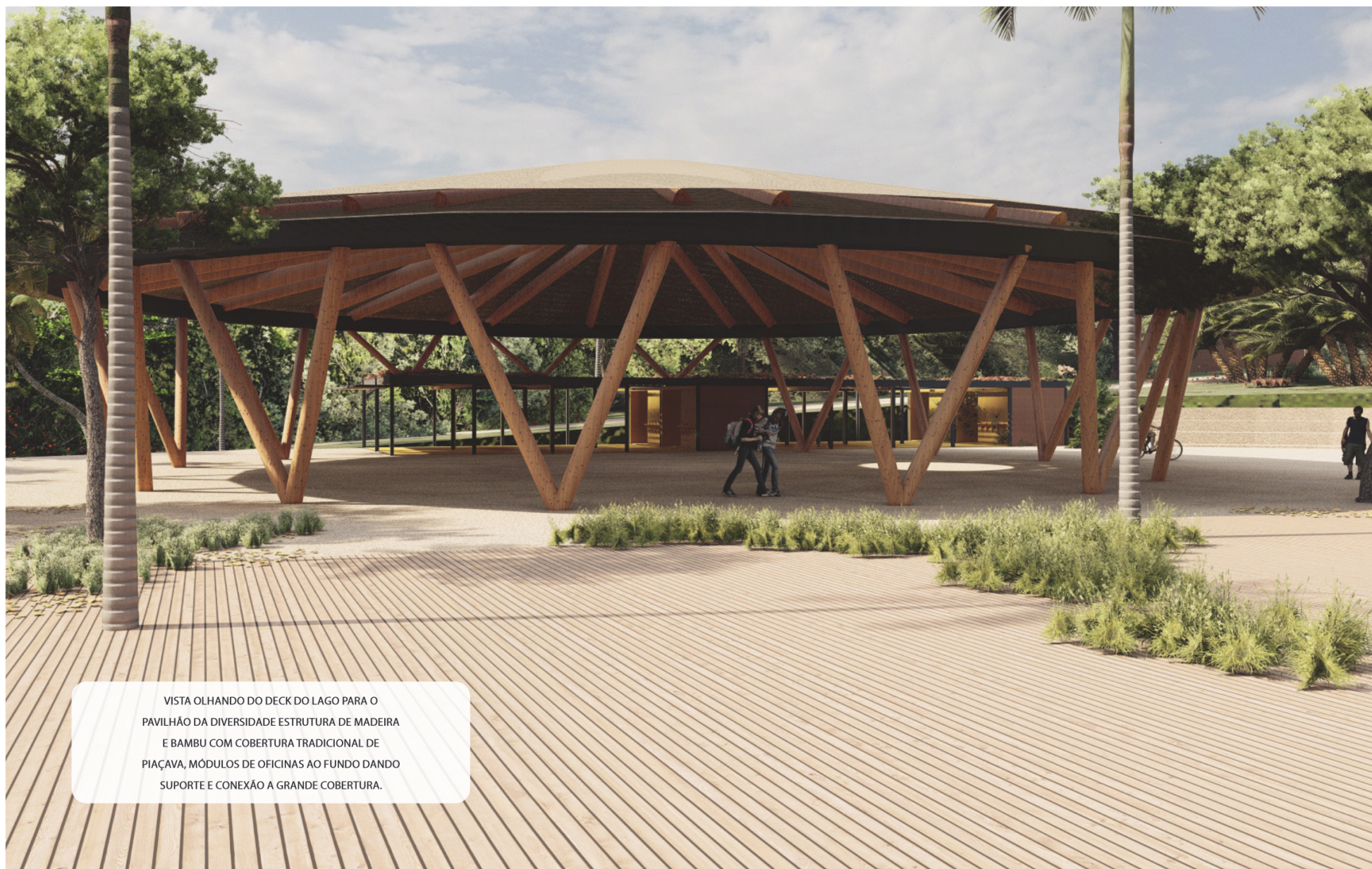
Spa botânico: Apoio à hospedagem no meio da floresta.

Figura 22. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: <https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/>

NOVA INTERVENÇÃO

ATRATIVOS





VISTA OLHANDO DO DECK DO LAGO PARA O PAVILHÃO DA DIVERSIDADE ESTRUTURA DE MADEIRA E BAMBU COM COBERTURA TRADICIONAL DE PIAÇAVA, MÓDULOS DE OFICINAS AO FUNDO DANDO SUPORTE E CONEXÃO A GRANDE COBERTURA.

Figura 23. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria



VISTA INTERNA DO PAVILHÃO ,
MÓDULOS DE OFICINAS E SANITÁRIOS,
ARQUIBANCADA AO FUNDO.

Figura 24. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria

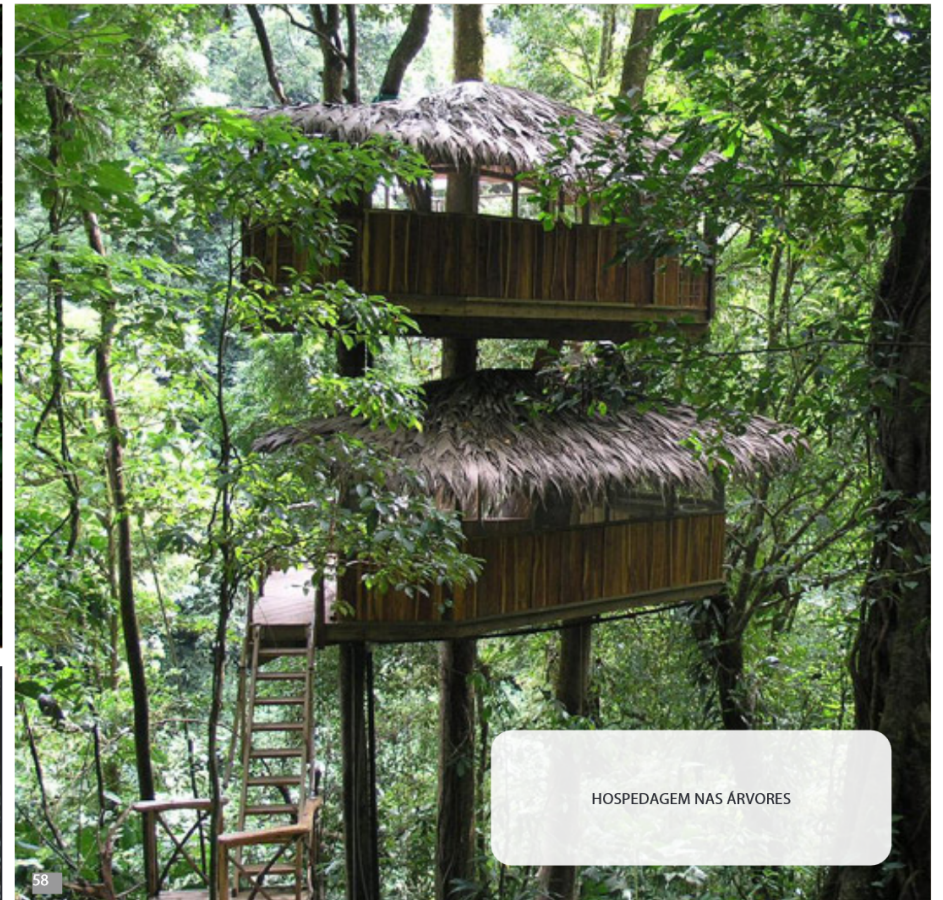


Figura 25. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: <https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/>

Figura 26. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: <https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/>

Figura 27. Rana Roja, Tortuguero, Costa Rica. Fonte: <http://notonthechecklist.com/guide-to-costa-rica/>

2.2.5. Matriz Resumo - Núcleo Sede

Tabela 2. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO DE MANEJO: Elaboração própria

NÚCLEO SEDE	TIPO DA INTERVENÇÃO	CLASSE DE USO	ZONEAMENTO DO LOCAL	COMPATIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS E NORMAS	OBS
Administração	Reforma	Operacional	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura.
Alojamento	Reforma	Operacional	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura.
Refeitório	Reforma	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura.
Pavilhão Multifuncional da Diversidade	Nova Intervenção	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura.
Cabanas suspensas	Nova Intervenção	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura. As infraestruturas necessárias deverão ser aprovadas pelos órgãos competentes.
Spa botânico	Nova Intervenção	Apoio ao visitante	Zona de Uso Especial - ZUE	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura. As infraestruturas necessárias deverão ser aprovadas pelos órgãos competentes.



Figura 28. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021

2.3.1. Avaliação de mobilidade

A mobilidade no parque se dá por trilhas. Como o parque tem grande extensão os deslocamentos são prioritariamente de automóvel com a possibilidade de ter passeios de bicicletas em trilhas e trechos específicos sempre com conexões externas ao parque, trazendo uma importante questão de criar “pontes” entre estes territórios e conscientizar os visitantes e moradores da importância do ecossistema.

A forte relação com o eixo rodoviária Ilhéus - Itacaré é uma ótima oportunidade de desfrutar do fluxo turístico que já existe na região.

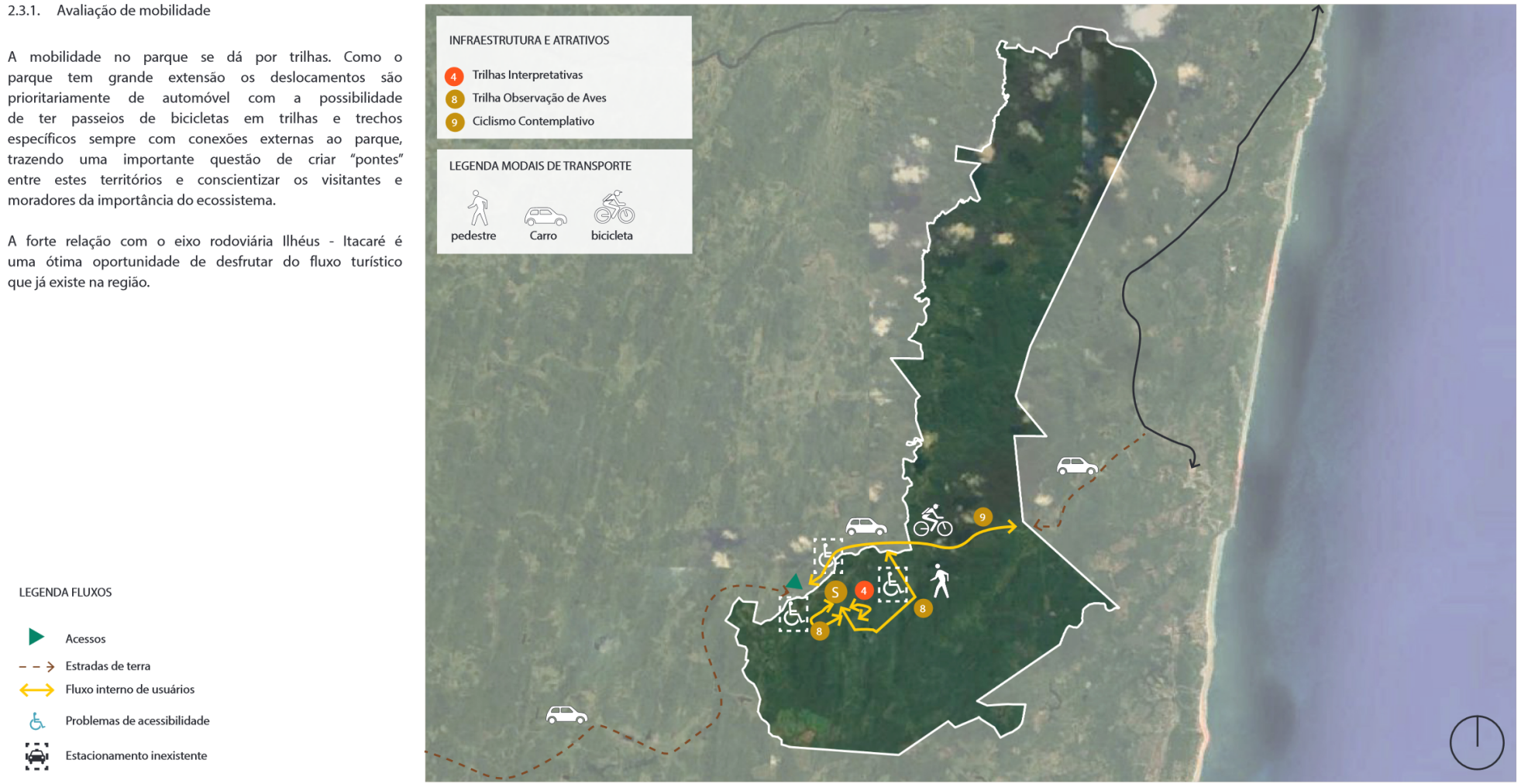


Figura 29. Mapa de mobilidade e transporte - Atrativos Naturais. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Google Earth 2021

● manutenção ● reforma ● nova intervenção

2.3.2. Descrição das intervenções específicas - Atrativos naturais



Trilhas Interpretativas: As estruturas de madeira sobre as áreas alagadiças do parque possibilitam o trânsito e interação com este território. Esta rede de passarelas suspensas, deverá ser reformada, atualizadas e ampliada podendo incorporar novas funções e serviços ao parque e seus visitantes, sem deixar de atender as demandas e funções originais.

REFORMA

INFRAESTRUTURA



2.3.3. Matriz Resumo - Atrativos naturais

Tabela 3. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO DE MANEJO: Elaboração própria

ATRATIVOS NATURAIS	TIPO DA INTERVENÇÃO	CLASSE DE USO	ZONEAMENTO DO LOCAL	COMPATIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS SEUS OBJETIVOS E NORMAS	OBS
Trilhas Interpretativas	Reforma	Infraestrutura	"Zona de Uso Extensivo - ZUEx Zona de Recuperação - ZR."	Adequado	Estas propostas estão adequadas às normas do Plano de Manejo e do zoneamento do PESC e ao Subprograma de Desenvolvimento e Infraestrutura.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA e Ministério do Turismo. Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo M294 de aventura – Belo Horizonte: Ed. Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, 2010.

Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Turismo e acessibilidade: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

<http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/1283-trilhas-pessoas-com-necessidades-especiais>, acessado em março de 2021

Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018.

<https://www.sinduscon-ba.com.br/conteudo/cub/001/cub/000270.pdf>, ACESSO EM MARÇO DE 2021

4. ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1. Diagrama esquemático de fatores considerados no Planejamento Atividades. Fonte: Elaboração própria	3
Figura 2. Diagrama esquemático de fatores considerados nas materialidades. Fonte: Elaboração própria	7
Figura 3. Conceitos Sustentabilidade aplicado. Fonte: Elaboração própria	8
Figura 4. Centro de visitante Kunshan - Fonte: Vector Architects	11
Figura 5. Trilha interpretativa em Hula Valley - Israel Fonte: Eco.brasil	12
Figura 6. Charrete adaptada em Brotas. Fonte: Google.	12
Figura 7. Trilha em Eva Lake. Fonte: Eco.brasil	12
Figura 8. Matriz de atividades adaptáveis. Fonte: ABETA	12
Figura 9. Trilha adaptada com comunicação em Braille. Foto Rafaela Ely	12
Figura 10. Mapa de identificação dos núcleos e atrativos naturais. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Google Earth 2021.	14
Figura 11. https://incofusta.com/carteles-de-obra/	15
Figura 12. https://br.pinterest.com/juliobencomo/caminer%C3%ADa-pasillo/	15
Figura 13. https://www.architectmagazine.com/project-gallery/forest-park-bridges_1	15
Figura 14. https://br.pinterest.com/pin/354236326947936428/	15
Figura 15. https://br.pinterest.com/jatupolsubritta/bin/	15
Figura 16. http://landezine.com/index.php/2019/11/ilawa-forest-by-landscape-architecture-lab	15
Figura 17. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Google Earth 2021	16
Figura 18. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021	17
Figura 19. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria	18
Figura 20. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria	19
Figura 21. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/	20
Figura 22. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/	20
Figura 23. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria	21
Figura 24. Perspectiva ilustrativa do projeto. Fonte: Elaboração própria	22
Figura 25. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/	23
Figura 26. Finca Bella Vista, Costa Rica. Fonte: https://inhabitat.com/eco-ewok-treehouses-finca-bellavista-sustainable-rainforest-community/finca-bella-vista-village/	23
Figura 27. Rana Roja, Tortuguero, Costa Rica. Fonte: http://notonthechecklist.com/guide-to-costa-rica/	23
Figura 28. Mapa de propostas. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Bing 2021	25
Figura 29. Mapa de mobilidade e transporte - Atrativos Naturais. Fonte: elaboração própria. Foto aérea: Google Earth 2021	26

5. ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Condicionantes arquitetônicas. Fonte: Elaboração própria.	4
Tabela 2. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO DE MANEJO: Elaboração própria	24
Tabela 3. Matriz de compatibilidade proposta e PLANO DE MANEJO: Elaboração própria	28